

O catira de Uberaba nos tempos de Getúlio (1930 – 1945)

Wagner César Rédua

Mestrando em História - Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

wagner.redua@terra.com.br

Resumo: O catira é uma cultura popular proveniente das camadas rurais, muito praticada, principalmente, na primeira metade de século XX. No período que Vargas governou o Brasil, entre 1930 e 1945, o catira de Uberaba retratou algumas questões importantes relacionadas ao momento político da época. Mesmo as canções voltadas para questões amorosas revelavam um sentimentalismo comum da época percebido em vários parâmetros da atuação política de Vargas, apontando para um entendimento maior sobre o populismo. Nesse trabalho, procuramos analisar algumas questões do primeiro governo de Getúlio na perspectiva local e federal e os reflexos disto observados em canções de catira.

Palavras-chaves: Catira, política, trabalho.

Abstract: The catira is a popular culture from the rural sections very practiced mainly in the first half of the twentieth century. In the period that Vargas ruled Brazil between 1930 and 1945, in Uberaba catira portrayed some important issues related to the political moment of the season. Even the love songs dedicated to questions revealed a common sentiment at the time noticed in several parameters of political action in Vargas, pointing to a greater understanding about populism. In this study, we examine some issues the first government of Getúlio in federal and local perspective and the effects observed in this song of catira.

Keywords: catira, politics, work.

O período em que Vargas esteve à frente da administração do Brasil, em seu primeiro governo, revela momentos instigantes que foi alvo de várias pesquisas e análises. Nas localidades podem-se perceber as práticas sob a abrangente teia estendida por esse governo, também, é possível observar a reação popular relativamente à atuação política em forma de criatividade. Nessa perspectiva, o catira entra na questão de análise em que nos momentos de diversão há a exposição de canções retratando momentos cotidianos, que nesse particular não deixa de serem despercebidas questões políticas relativas ao trabalho e conflitos de abrangência federal envolvendo o governo de Vargas.

O catira¹ é uma cultura popular rural que aparece no Brasil a partir de meados do século XIX. Sua origem é incerta, mas provavelmente, obedece à transformação normal decorrente das apropriações e práticas que se reproduzem no tempo histórico. Assim, o catira é oriundo de manifestações populares europeias, particularmente a portuguesa, com agregações de fragmentos das culturas indígenas e africanas, correspondendo à formação étnica e cultural do povo brasileiro. Para Câmara Cascudo o catira é

Dança rural do sul do Brasil, conhecida desde a época colonial, em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro... Duas filas, uma de homens outra de mulheres, uma diante da outra evoluem, ao som de palmas e de bate-pés (sapateados), guiados pelos violeiros que dirigem o bailado.²

Oneyda Alvarenga afirma que:

A dança se executa sempre em fileiras que se defrontam e que são formadas por homens e mulheres dispostos alternadamente, por homens de um lado e mulheres do outro, ou por homens apenas. O acompanhamento é feito especialmente por violas, geralmente duas. Os violeiros os únicos que cantam, fazem também parte da dança e dirigem a coreografia.³

Os compositores das modas de viola e recortados⁴ de catira, geralmente, eram semi-analfabetos, mas pela prática desenvolviam, inteligentemente, seus próprios estilos de composição. As músicas de catira em Uberaba no período do primeiro governo de Vargas ainda não eram gravadas pelas indústrias fonográficas, mas elas tinham seu público específico e os compositores catireiros eram cortejados, principalmente, pelos fazendeiros da região.

O período em que Vargas governou o Brasil, sob a perspectiva do catira de Uberaba, atentando para a história local, algumas questões pertinentes são concernentes à política aplicada à nação. Entrementes, a forma política que Vargas decidiu atuar desencadeou certas práticas que afetou direta ou indiretamente os compositores de modas e recortados de catira, motivando-os exporem suas opiniões em composições, que eram apresentadas nas festas.

¹ "Catira é um substantivo masculino e feminino, parecendo ser usado muito mais no masculino" In: AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975, p. 297. No setor rural de Uberaba usa-se a palavra precedida do prefixo feminino "a" - a catira, na cidade usa-se mais a palavra precedida do prefixo masculino "o" - o catira.

² CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Ouro, 1972, p. 205.

³ Desde a década de 1930 Oneyda já pesquisava sobre a cultura popular, e algumas de suas considerações como a do catira, por exemplo, já era mencionada em artigos publicados nessa época. ALVARENGA, Oneyda. *Música Popular Brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 182, 184.

⁴ Dança de roda do tipo catterê, ao som da viola. Canto popular complementar da moda. Incluído na apresentação do catira, quando acontece o suspenimento, o recortado é executado, o ritmo se torna mais rápido e os sapateadores dançam ao ritmo da viola. In: AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. p. 1199.

O período do primeiro governo de Vargas (1930 - 1945) em Uberaba começa com a deflagração do golpe. O agente executivo Olavo Rodrigues da Cunha foi destituído do cargo e em seu lugar passa a governar Guilherme de Oliveira Ferreira, sob uma portaria emitida pelo interventor estadual Olegário Maciel. A substituição incisiva na administração local é derivada de alguns fatores desencadeantes da política dos coronéis. No entanto, o que pesou para Uberaba foram dois fatores específicos: (1) a debanda da maioria dos membros do Partido Republicano Mineiro uberabense para apoiar Julio Prestes, entre eles o Agente Executivo Olavo Rodrigues da Cunha; (2) a proximidade de Uberaba com o estado de São Paulo, pois a divergência de Minas Gerais era exatamente com esse estado que, segundo os mineiros, foram traídos, ao por fim a política denominada “café-com-leite”.

No período revolucionário a imposição das portarias baixadas por Guilherme Ferreira tem motivos específicos. Logo no dia de sua posse (06 de outubro de 1930), Guilherme de Oliveira Ferreira, em sua tarefa de “revolucionário” investe no intuito de colocar ordem no município há muito tempo controlado pelos “homens bons” da cidade.⁵ Manifesta a intenção clara de rompimento total com administrações anteriores. Inicialmente, despede os funcionários da câmara municipal;⁶ ordena a apreensão de todos os aparelhos *radio-telephonicos* existentes no município;⁷ determina a mais rigorosa repressão aos especuladores e apreende todos os estoques de gêneros alimentícios e combustíveis;⁸ proíbe a venda de combustíveis e lubrificantes a quem não tivesse autorização por escrito do governo municipal;⁹ intima a todos os particulares e fazendeiros a entregarem toda arma e munição em poder dos mesmos;¹⁰ proíbe a todos os *chauffeurs* da cidade de conduzirem seus veículos;¹¹ confisca automóveis, quando necessário, a serviço da “revolução”;¹² suspende, até última ordem, a cobrança de tarifas de água, luz e telefone;¹³ entre tantas outras, sem falar na fiscalização rigorosa nos correios.¹⁴ As portarias citadas interferem diretamente com o evento da batalha de Delta entre as forças paulistas e mineiras. À medida que os acontecimentos se davam, as portarias iam sendo baixadas para controlar, de certa forma, a situação. A proibição aos *chauffeurs*, por exemplo, foi no dia em que a batalha se iniciou, e o confisco de um automóvel foi para uso exclusivo do telegrafista, que estava em prontidão. A suspensão das cobranças das tarifas dos serviços básicos revelava o estado de alerta para com a população, pois a possibilidade de fuga era algo não descartável. Os paulistas tramavam invadir

Uberaba e fazer desta a capital de Minas Gerais com o propósito de refrear os ânimos do estado rebelde.

Analisar o governo de Getúlio Vargas e seus interventores apenas pelos documentos oficiais, quando se encontra, é bem propício cair na armadilha de uma história vista do alto com “lentes de aumento”¹⁵, pois as decisões tomadas a partir do golpe apontam para um rompimento entre a velha república das oligarquias com a “democracia” implantada desde então, querendo os articuladores desse novo governo dar a entender que a “verdadeira” história do Brasil só começa a partir daí, apresentando não apenas o rompimento com o passado, mas como houvesse um divisor de águas a partir da “revolução de 1930”.

A história é construída pelos minúsculos espaços temporais onde se dão os acontecimentos no viver cotidiano. A política, inserida nesse contexto é praticada, tendo como fator imprescindível as relações de poder, em que se nota, entre outras coisas, o estilçamento do poder, quando há o deslocamento do ponto fixo da política¹⁶, que por este estilçamento, se espalha por todo o setor sociedade.¹⁷

Entrando no campo de hegemonia estabelecido por Gramsci, Thompson a denomina em seus estudos de hegemonia cultural, não a tratando como algo absoluto. A hegemonia, como dominação absoluta descarta a possibilidade de outros sujeitos, apagando suas produções. Silvia Lara¹⁸, coerente em sua concepção, leva-nos entender que a hegemonia deve ser pensada como uma abrangente cúpula da classe dominante. Nelas, homens e mulheres, ao reelaborarem seus próprios valores, criam, a seus modos, uma outra atitude fora das dominações. Como não é conveniente pensar em hegemonia sem o substrato econômico e o aspecto cultural, Thompson, ao analisar a sociedade inglesa nos séculos XVII e XVIII, vê as frissuras de poder e contra-poder num campo hegemônico. Percebe então que, para estabelecer uma hegemonia é necessário a teatralização envolta de habilidade. A *gentry*, para perpetuarem seu estabelecimento concediam certas reivindicações, mas não era só isso, eles teriam que ter habilidades em teatralizar e tornar a proposta da concessão algo louvável e viável.

A atuação de Getúlio como governante pode ser dividida em duas fases, a de golpista e presidente, entendido como articulador das esferas que o colocou e o manteve no poder por determinado tempo (1930-1936), e a de autoritário, marcada por um segundo golpe, constituindo a partir do “Estado Novo” um governo ditatorial (1937 – 1945). Nessa segunda fase se desdobra a ação política de “conversão” do malandro, denominada ideologia do trabalho.

⁵ As justificativas das decisões tomadas no início do governo de Guilherme Ferreira estão nos relatórios de finais do ano de sua posse (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac).

⁶ Conforme Portaria nº 1, de 06 de outubro de 1930. (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25)

⁷ RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25.

⁸ Portaria nº 3, de 06 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 25).

⁹ Portaria nº 7, de 06 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 26).

¹⁰ Portaria nº 37, de 8 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 36/37).

¹¹ Portaria nº 56, de 12 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 43).

¹² Portaria nº 62, de 13 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45). Nessa portaria há um caso de confisco que pode ter sido seguido por outros não registrados.

¹³ Portaria nº 63, de 14 de outubro de 1930 (RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45).

¹⁴ É certo que as decisões do prefeito causaram impactos na sociedade uberabense, pois as medidas tomadas iam de encontro aos interesses da elite uberabense. Sobre esse aspecto analisaremos em outra oportunidade. (Portaria nº 64, de 17 de outubro de 1930. RELATÓRIO DA PREFEITURA DE UBERABA no período de 06 de outubro a 31 de dezembro de 1930. Arquivo Público de Uberaba, GPR/RL-Ac, p. 45/46).

¹⁵ A citação é de Adalberto Paranhos, ver uma delas em PARANHOS, Adalberto. *Além das Amélias: música popular e relações de gênero sob o “Estado Novo”*. In: *ArtCultura Revista de História, Cultura e Arte*. V. 8, nº 13. Uberlândia, Edufu, jul-dez 2007, p. 164.

¹⁶ Ponto fixo da política: o Estado, o público, etc.

¹⁷ Ver em SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução proletária*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁸ LARA, Silvia Hunold. *Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, n. 12, São Paulo, Educ, out. 1995, p. 43-56.

Nos anos iniciais do governo de Vargas, o catira era mais rural que urbano, mas era praticado por algumas pessoas que migraram em busca de oportunidades na cidade. Os catireiros mais conhecidos da região nesse período, João Emerenciano e Manuel Rodrigues da Cunha eram também os mais requisitados para apresentações com seus grupos, mas havia outros: Domingos Seabra, Tertuliano Inácio Reis, Manoel Germano, João Gregório, entre outros. A diferença entre João Emerenciano, chamado de João Merêncio, e Manuel Rodrigues da Cunha, conhecido como Manezinho, estava mais na questão social do que na cultural, pois, o primeiro era fazendeiro, o segundo, entre tantas formas de sobrevivência do homem rural, foi meeiro, lavrador e serrador. Os outros citados eram lavradores sitiantes e meiros, não respectivamente. Na questão cultural podiam-se qualificar todos como caipira. Nas composições de moda de viola e recortado se diferenciavam, porém, em alguns pontos se assemelhavam.

Manezinho, por exemplo, havia composto a moda *Não Voto Mais*, nela o poeta expressa o desgosto com a política brasileira. A época provável dessa moda de viola é no final da década de 1920 quando a política no Brasil era comandada pelas oligarquias rurais. Após a “Revolução de 1930” até 1945 as eleições no Brasil foram bem restritas, e a partir do final desse período Manezinho já não estava mais em Uberaba. Inicia sua moda assim:

Eu não sou mais eleitor / Só porque não me convém
Não dou voto por favor / Nem por dinheiro também
Que todo governador / Tanta promessa eles têm
Quando de posto é senhor / Não conhece mais
ninguém. ¹⁹

O sentido de governador nesse verso se estende a todo governante, local, estadual ou federal. O fato do candidato não conhecer mais ninguém depois de eleito pode ter vindo de uma experiência pessoal, já que uma das características das modas de catira era a transcrição em versos da vida cotidiana ou de vivência própria. A canção, até ao final, segue nesse tom de desdém para com os políticos.

Os outros catireiros optavam em compor modas de viola abordando outros temas, principalmente a questão amorosa. Na moda “Cabelo Libra Esterlina” em que o título faz parte dos elogios a uma paixão oculta, João Gregório, tem num de seus versos o seguinte:

Por aqui tem um rosto lindo / Desejo amar, mas tenho
Ocultamente é meu melindro / Em regozijo de segredo
Faço pouca declaração / Por ser causa de finanças
Enfeitado por sua feição / Não posso perder a
esperança
E não dou demonstração/Pra não haver desconfiança. ²⁰

O que pode se perceber é a variedade de temas e a opção de escolha do compositor. Enquanto a

primeira canção aponta para a questão política a segunda para questão amorosa, ambos, porém faz parte da vida cotidiana nos tempos de Getúlio, e a diferença de Manezinho para os demais compositores de sua época é a versatilidade e variedade de temas que conseguia alcançar em suas canções.

Após os conflitos do período revolucionário, Vargas torna-se o presidente do Brasil e Guilherme Ferreira, o prefeito de Uberaba, mas os conflitos no governo provisório não cessam. Manezinho não deixa passar despercebido esse evento, e em uma de suas canções dá sua opinião. Trata-se da moda *A Revolução de 32*, que apresenta um compositor atualizado com os acontecimentos. Nessa moda assinala o impasse entre São Paulo e o Governo Federal. Manezinho começa a moda afirmando um fato bem questionado pelos revoltosos:

O governo provisório / alegou sua razão
Prolongou o peditório / para a constituição.
Com seu ideal finório²¹ / não quis dar a decisão
Bertoldo e Izidoro²² / declarou revolução
Esgotaram o repertório/desgraçou toda nação. ²³

Finório, significa o indivíduo esperto, sagaz, muito fino, manhoso, ladino.²⁴ Várias interpretações podem ser dadas a Vargas, mas sagaz, talvez fosse a mais apropriada nesse momento.

A moda segue revelando os ditos e não ditos da situação, como o acordo secreto de rendição entre Herculano, chefe da Força Pública constitucionalista, e Góes Monteiro, comandante do exército federal, até a derrota final dos paulistas. Essa moda rendeu ao catireiro 24 horas de prisão, bem possível que fosse salvo por forças dos fazendeiros locais, que afeiçoavam de suas canções e apresentações.

Manezinho abordava outros temas em suas canções, temas comuns utilizados pelos outros catireiros. Tertuliano Inácio Reis resolve abordar a natureza em seu tema. Versos da moda desse compositor foram descritos assim:

Este mundo é um planeta / Que a natureza governa
Eu vejo tantas belezas / Na entrada da primavera
Dominado pelas estrelas / Tudo é criação da terra. ²⁵

As composições de Manezinho distanciavam muito das poesias que os outros catireiros compunham, não só pela variedade, mas também pela perspicácia. Importante ressaltar que essas canções ele cantava em festas de catira onde a presença de muitos fazendeiros era certa.

Na fase da “ditadura Vargas” especificamente no “Estado Novo”, as atuações desses catireiros parece não modificar. Enquanto a maioria dos catireiros compõem modas com temas comuns, sendo também os mais utilizados, como amor,

¹⁹ Moda *Não Voto Mais*, autoria de Manuel Rodrigues da Cunha In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. Uberaba: Oficina das Artes, 2004, 134.

²⁰ “Cabelo Libra Esterlina” é uma moda de João Gregório In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 190.

²¹ Falando de Vargas.

²² Comandantes do exército constitucionalista.

²³ Moda *Revolução de 1932*, autoria de Manuel Rodrigues da Cunha In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 10.

²⁴ AURÉLIO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. p. 630.

²⁵ A moda *Planeta* é de composição de Tertuliano Inácio Reis In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 266.

paixão, tristeza, etc., Manezinho, vez por outra, procura extravasar em suas composições aquilo que o incomoda. As aflições desse catireiro estavam intrinsecamente ligadas à sua vida cotidiana e os aspectos gerais provenientes das ações governamentais que o atingia.

Acreditamos ser importante abordar alguns aspectos discutidos por outros autores sobre a “ditadura Vargas”. Certos autores referem-se ao “Estado Novo” como um regime totalitário. Cancelli afirma que “a população participa do sonho totalitário”²⁶ e, “na autoridade absoluta que a política fazia questão de exercer”.²⁷ Adalberto Paranhos aponta incoerências nas análises de certos estudos sobre a “Ditadura Vargas” como a de Ângela de Castro Gomes que dizia: “o DIP tinha um controle absoluto sobre tudo o que se relacionava à música popular”.²⁸ Maria Hermínia Tavares de Almeida, apontada pelo mesmo autor, acentuava “a subordinação completa dos sindicatos à orientação governamental”²⁹, entre outros. Estudos mais recentes sobre o período em que Vargas governou levam a outros questionamentos, e uma certeza, não existiu poder político absoluto sob o comando de Getúlio Vargas, e de nenhum outro.

As perseguições políticas foram, durante algum tempo, o centro das atenções do comandante do Catete. As prisões federais foram recheadas de presos políticos. Há diversos apontamentos das faces do cotidiano dos presos nas prisões do Estado autoritário. Os presos políticos não eram presos comuns, a intelectualidade deles era um fator peculiar.

Jorge Ferreira, em *Trabalhadores do Brasil*, entre outros temas, aborda a vida cotidiana dos comunistas na prisão com o objetivo de “conhecer mais de perto a dimensão repressiva estatal na época do primeiro governo de Vargas, particularmente o sistema carcerário penitenciário”.³⁰ O aspecto relevante de seu trabalho está na apresentação de como os presos procuravam se manterem psicologicamente ativos sem se deixarem levar pela própria condição desumana a que eram submetidos. Para isso, criaram diversos mecanismos de comunicação, socialização e uma curiosa organização dentro do espaço carcerário. Essa união, como se percebe no decorrer do estudo, os preservou da degradação psicológica, mantendo-os num mínimo de “dignidade” no submundo proporcionado pela repressão estatal.

Alguns procuram levar a compreensão do aparato repressivo do Estado como algo coeso e unificado. Como foi dito, não existe coesão plena, a dificuldade que, geralmente, se encontram ao analisar certos períodos, está em não pensar na mediação e nas contradições existentes na sociedade. Não estamos, portanto, diante de “um

Estado monolítico, compacto e isento de contradições internas”³¹, afirma Jorge Ferreira.

Cancelli, sobre as prisões no governo de Vargas, aborda fatos que contradizem o poder absoluto do Estado. Entre outras questões, as reivindicações dentro e fora da prisão que motivaram, a desgosto do poder repressivo, concessões de tratamentos médicos e transferências de presos, provando que o totalitarismo, no seu pleno significado, nunca existiu no governo Vargas, como muitas vezes se afirmam.

A repressão promovida pelos órgãos destinados a esse fim no governo “ditatorial” de Vargas não causou alvoroço em Uberaba. No período de 1937 a 1942, Uberaba teve à frente da administração municipal Wadyr Nassif. A atuação desse prefeito não causou aviltamento na política uberabense, porque também os tempos eram bem diferentes aos de Guilherme Ferreira. No entanto, devemos salientar que, nesse período muito dos antigos protagonistas da política uberabense antes do golpe, já haviam voltado a atuar revelando que o rompimento provocado pela “revolução de 1930” com a política dos coronéis, paralisou por breve tempo, mas depois volta a atuar sob novas vestes.

Entre 1932 e 1938 o catira de Uberaba seguia a linha da diversão em canções voltadas mais para a questão amorosa, saudosista, elogios a anfitriões de festas, etc. Não se conhece registro de modas de viola e recortado abordando a política, mas um recortado de Domingos Seabra composta em 1938 reporta a paixão inesquecível vivida pelo autor. Alguns versos do recortado “Cofre do Pensamento” representa a situação do homem do campo vivida nessa particular. Depois de descrever a tristeza da separação diz o caipira:

Teu olhar me fascina / Tua boca eu não beijo
Seus encantos menina / É tudo que eu desejo.

No verso seguinte volta ao lamento que envolve toda a canção:

É tão grande meu tormento / E muito já padeci.
Minha vida é um sofrimento/Porque te conheci.³²

Nesses versos pode ser percebido o sentimento caipira que o faz compor suas canções. Não são sentimentos isolados, mas contextualizados, parece estar separado do real vivido, mas é um reflexo deste. O que se deve realçar, para comparar com outros temas, não é a temática exercida, mas o sentimento, a dor, a concepção de vida do homem do campo. Dessa forma, pode-se analisar o sentimento com que fez Manezinho compor canções sobre seu trabalho diário. Antes, porém, é preciso descrever o momento vivido referente à política trabalhista no governo de Getúlio. Vale ressaltar que Getúlio estava envolvido

²⁶ CANCELLI, Elizabeth. Na prisão. In: *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993, p. 5.

²⁷ CANCELLI, Elizabeth. Na prisão. In: *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. p. 209.

²⁸ A citação está em PARANHOS, Adalberto. *Voices dissonantes sob um regime de ordem-unida: música e trabalho no “Estado Novo”*. ArtCultura, v. 4, n. 4, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jun. 2002, p. 91.

²⁹ PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 208.

³⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalha-dores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1977, p. 92.

³¹ FERREIRA, Jorge. *Trabalha-dores do Brasil: o imaginário popular*. p. 119.

³² *Cofre do Pensamento*, recortado, autoria de Domingos Gomes Seabra. In: REZENDE, Gilberto de Andrade. *Catira, poesia do sertão*. p. 264.

na questão sentimental de sua época, seus discursos, numa observação mais aguçada, eram carregados de sentimentalismos. O populismo de Getúlio deve muito ao sentimentalismo, mais até do que suas ações.

O período do “Estado Novo” é também o período de implantação de várias políticas de Vargas, entre elas a questão do Trabalho. No campo trabalhista, no que se refere à apologia do trabalho, a tentativa de controle absoluto por parte de órgãos opressores do governo foi, de certa forma, frustrada pela mesma malandragem, que usaram combater - ou converter.

A legislação trabalhista no Brasil tem muito de conquista e doação, ao mesmo tempo em que não foi nem um, nem outro. Nem tudo o que está disposto na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) são conquistas dos trabalhadores nem doações do Estado, mas uma saída devido a insistência na formação dos sindicatos. Um bom exemplo disso é que o Estado vinculou os sindicatos como órgão do aparelho, a fim de os manterem sob tutela, controle e vigilância.

Referente a isso, Thompson diz que no século XVII os governantes eram obrigados a ceder concessões:

Por mais gritantemente desigual que fosse essa relação, ainda assim a gentry precisava de algum apoio dos “pobres”, e os pobres sentiam que eram necessários. Durante cem anos, eles não foram totalmente os perdedores. Conservaram a sua cultura tradicional, conseguiram uma suspensão parcial da disciplina de trabalho do industrialismo incipiente, alargaram talvez o alcance das leis de assistência aos pobres, impuseram caridades que podem ter impedido que anos de escassez chegassem a crises de subsistência (...)³³

Aquilo que parece ser caridade tem que ser analisado os conflitos e as lutas envolventes. No “getulismo” há muito teatro, habilidade e concessão. Teatro existe sob os mais diferentes aspectos, Thompson aponta uma dessas relevâncias ao tratar aspectos paternalistas impostos através das lutas dos plebeus. A política é fundamentalmente teatro, o teatro dos poderosos, que se pende para o terror, e o contra-teatro dos pobres.

A tentativa de apagar os vestígios da malandragem incide várias facetas de um mesmo jogo, a começar pela interpretação do que seja malandragem. “O Brasil foi inventado sob o estigma da preguiça”³⁴, afirma Adalberto Paranhos ao expor expressões horrorizantes de desdém que portugueses e franceses tinham “com a ociosidade dos chamados selvagens”.³⁵ Essa associação entre preguiça e malandragem cresce com o fim da escravatura no Brasil. O negro, marginalizado pela

elite branca carrega a marca dessa malandragem mesclada com a preguiça, fato claramente notado na sociedade carioca. Mas a malandragem carioca não pode ser colocada como um tipo único de malandro, pois, há vários tipos de malandragens.³⁶

A perseguição aos malandros principalmente na época da “Ditadura Vargas” era centralizada, sobretudo, na capital do Brasil, motivado pela expansão industrial. Aliás, o contraponto da malandragem era justamente a mão-de-obra nas fábricas dos grandes centros urbanos, ou seja, o trabalhador. Mas, e no interior do Brasil? Como se dava a questão do trabalhismo e malandragem?

Pelas bandas do Brasil Central as diretrizes do “Estado Novo” chegavam aos ecos das vozes dos interventores que repassavam as ordens do palácio do Catete, ou pelas ondas médias dos rádios. O efeito, com certeza, não era igual. Jorge Ferreira já tinha percebido o que chama de falta de percepção ocorrida no campo sobre a política trabalhista de Vargas quando diz que “seus reflexos chegaram ao campo, mas como ecos de um som longínquo”.³⁷

No Cerrado Mineiro, longe dos grandes centros urbanos, a vida transcorria na lentidão própria da vida no interior. A maior parte dos trabalhadores estava na zona rural. Na parte urbana, os empregos concentravam-se no comércio. Depois da instalação do “Estado Novo”, os trabalhadores da cidade, conhecendo, ainda que de forma rudimentar, seus direitos trabalhistas, entravam na Justiça do trabalho para garanti-los. O Arquivo Público de Uberaba dispõe de 37 dissídios trabalhistas entre 1937 a 1943, destes, 17 foram demissões sem justa causa e sem o aviso prévio conforme denúncia nos processos.

É provável que a maior parte dos processos fosse abandonada pela demora, que naquela época a justiça também andava a passos de lentos, pois, a média de resolução era de quatro anos. Outro motivo constatado era a exposição pública da vida íntima e particular dos envolvidos. Cornélia Maria de Jesus era uma lavadeira que recorreu à justiça para reaver seus direitos, pois foi demitida do hotel onde trabalhava sem justa causa e sem aviso prévio, e não recebeu os valores de direito. Ela alegou que o trabalho aumentou e que já não agüentava mais. A empresa, pois, alegou que a ex-funcionária era “malcriada e faladeira” e que havia desonrado a patroa com respostas inadequadas. A funcionária ganhou a questão, mas não recebeu o que reivindicava, pois o caso foi encerrado pela falta de comparecimento da reclamante.³⁸

A história de Antonio Vieira Sobrinho está na mesma linha, ele foi suspenso por tempo indeterminado porque lhe foi ordenado que fizesse uma viagem à serviço da marmoraria onde trabalhava. O reclamante pediu ao patrão um adiantamento do salário para deixar com a família, já que ficaria alguns dias fora de casa. Como lhe foi

³³ THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

³⁴ PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Sambas e bambas no “Estado Novo”*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo, PUC-SP, 2005, p. 113.

³⁵ PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Sambas e bambas no “Estado Novo”*. p. 113.

³⁶ O objetivo aqui não é analisar essa questão, mas Adalberto Paranhos aborda sobre o assunto. Entre outras indicações: “Malandro, por sinal, nunca teve sentido unívoco. Pelo contrário, é possível registrar, em diferentes momentos históricos e numa mesma época, variados e contraditórios aceções do que era ser malandro” PARANHOS, Adalberto. O cerco do silêncio e a voz do coro: o “Estado Novo” em questão. In: *Os desafinados: Sambas e bambas no “Estado Novo”*. p. 122 [Nota de rodapé].

³⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. p. 58

³⁸ CARTÓRIO CRIMINAL (Dissídio Trabalhista). Entrada do processo 16/04/1938. Arquivo Público de Uberaba, caixa 123.

negado o adiantamento disse que não iria, o resultado foi a suspensão por tempo indeterminado, ou seja, nem despedido, nem trabalhando. Ao requerer seus direitos na justiça, em meio a acusações mútuas, defendeu-se das acusações sofridas fazendo outras acusações que não pôde provar. Perdeu por falta de prova das acusações que fez.

O que aconteceu com José Alves Tomé, funcionário de um hotel, dá ainda mais noção das disputas trabalhistas nesse tempo. O trabalhador alegou ter sido despedido sem justa causa e sem aviso prévio. Utilizava sua condição sócio-econômica para causar comoção ao juiz, pois dizia: “Como sou pobre e não disponho de recursos...”. O reclamado expõe sua defesa ao juiz dizendo que as reclamações do ex-funcionário não precediam, pois o mesmo vivia “expiando os buracos da fechadura dos quartos onde há casais, os banheiros das senhoras”. Por duas vezes pôs o “membro”³⁹ para fora, fazendo uma série de propostas insinuantes a uma senhorita, auxiliar, “filha de família que se preze”. Também foi pego pela esposa do reclamado, várias vezes se masturbando nas dependências do hotel. A briga prosseguiu com troca de acusações, mas nada adiantou a defesa do réu, o reclamante ganhou a causa, mas não compareceu para receber, sendo arquivado o processo.

Esses três casos são alguns dos que estão disponíveis sobre a situação trabalhista em Uberaba, que está um pouco distante de algumas realidades dos grandes centros urbanos, como a questão sindical, por exemplo. Maria Célia Paoli nos revela um campo de batalha entre patrões e empregados. Seguindo ela, o campo era a fábrica, mas, as pugnas se estendiam no judiciário trabalhista, que movia muitos trabalhadores a buscarem lá os seus direitos. A partir de 1936, até 1941, devido às acirradas disputas encabeçadas pelos sindicatos, o Ministério do Trabalho publica ensaios doutrinários e respostas a consultas jurídicas. “Para os operários industriais, tais atos eram descritos como ‘atos de violência, de desobediência...’ Isto era falta grave, e permitia aos empregadores despedir imediatamente o trabalhador acusado, sem aviso prévio nem indenização”.⁴⁰ Paoli diz então que, se os empregadores conseguissem provar os “atos de insubordinação” do empregado, isso justificaria despedi-los com justa causa. Afirma também que as concessões aos trabalhadores foram reconsideradas a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pois a situação dos trabalhadores modificou-se consideravelmente. Percebe-se então que, segundo os já processos citados e outros não citados, em Uberaba, despedir sem aviso prévio e sem justa causa não era nada de novo, no entanto, as defesas apresentadas, por

mais insubordinadas que pareciam ser, não eram fácil de provar e convencer os juízes. Os empregadores perdiam na maioria dos dissídios trabalhistas.

No que se refere ao homem do campo sobre o trabalho, a malandragem não cabe em boa parte deles, pois o costume de levantar cedo, a dura vida de lavrador, a necessidade da sobrevivência, eram práticas exercidas desde criança. Mas isso não quer dizer que eram conformados com a situação. A inconformidade de Manezinho era bem particular por ser descendente de uma família de fazendeiros. Muitos de seus parentes pertenciam à elite uberabense, mas esse catireiro era pobre economicamente e inconformado com a vida que levava. A apropriação do sentimento de amargura e tristeza o levava a compor versos relativos ao trabalho, não por partidarismo ou ligado à política, mas pela contra vontade originada de motivos particular.

Na canção *Despedida de Serrador*, os lamúrios têm tom de revolta devido a condição do trabalhador rural. A canção é composta por volta de 1939, quando Manezinho trabalhava como serrador na fazenda do pai de Sinhô Borges⁴¹, catireiro conhecido da região.

Serra sobe, serra desce / Trinta golpe por minuto
Logo o suor aparece / Não posso parar enxuto
Com isso os braços amolece / Devido ao serviço bruto
O patrão é que enriquece / Eu é que tanto labuto.

Apesar das diferenças do viver cotidiano urbano (mesmo dos grandes centros) e rural, há, portanto, algo de comum entre eles, conforme os versos dessa moda de viola, os baixos salários e a desigualdade social. Reforça esse fato quando diz: “Amanheço o dia enfezado / Com essa minha pobreza”, e “Fazendo minha empreitada / Pra ganhar pouco dinheiro / Não sobra quase nada”. A reclamação por aqui não é por trabalhar, nem por não trabalhar, mas pela condição difícil da vida sócio-econômica.

Na moda “Vida de Lavrador”, também da década de 1930, Manezinho conta a dura vida de roceiro “Que trabalha o ano inteiro / E não tem nenhum valor”. Segundo ele “O pobre é que mais trabalha / não descansa, não sossega / sofre por qualquer migalha”. Depois de lembrar-se do trabalho à “meia”, e da falta de liberdade por morar em propriedade dos outros, finaliza com um desafio:

A gente vê o boato / Tem muita gente que diz
Que todo homem do mato / Tem uma vida feliz
Quem quiser ver se é exato / É vir e fazer.

No conjunto das situações expostas, entre a tensão política e a tensão trabalhista, as canções que trataram do tema em Uberaba eram expostas

³⁹ Órgão genital masculino.

⁴⁰ PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, São Paulo, USP, set-dez. 1989, p. 59.

⁴¹ Em entrevista ao Arquivo Público de Uberaba em 11 de maio de 1993.

em momentos de diversão. Sutilmente, o tom contrariado das modas de viola ecoava nas fazendas e no centro urbano uberabense, tornando público um descontentamento sobre as diferenças sociais, e da política interesseira e corrupta.

Desde os primeiros atos de Guilherme Ferreira, como interventor “revolucionário” ao último verso descontente de Manezinho, passando pelas concessões trabalhistas de Vargas, Uberaba foi palco não somente das artimanhas políticas geradas pelo golpe de 1930 como a implantação de um sistema trabalhista que por um lado defendia o trabalhador explorado, mas, politicamente, quase nada era feito para melhorar condição socioeconômica do pobre, submetido ao duro trabalho diário com baixos salários.

Essas canções rurais nos dão uma noção da diversidade da vida no Brasil ocasionada pela extensão territorial e as muitas culturas regionais. Tais canções, muitas vezes, são veículos de propagação da desigualdade social que se intensificava à medida que a modernização avançava. A ideologia do trabalhismo, semelhante à da capital do Brasil, se passou por aqui, foi como uma neblina, mas a política e a nuvem negra da exploração capitalista estenderam seus tentáculos também no setor rural, de forma que, um catireiro, e bem possível que tantas outras pessoas, não a deixaram passar despercebidas.

Ao iniciar a década de 1940, o catira de Uberaba sofre mudanças bem perceptíveis em pouco tempo. A mudança de Manezinho para São Paulo esfriou, ainda que por breve tempo, os ânimos dos catireiros ligados a ele. Mas o legado que deixou logo se apresentou na forma da diversidade. No entanto, os novos catireiros não ousaram abordar em suas canções temas de política e trabalho, que optavam, quase exclusivamente, sobre o amor, amizade e coisas do gênero. A diversidade de temas e abordagens no campo da política e trabalho tornou-se algo bem característico do catira de Uberaba nos tempos de Getúlio, que depois disso não se pôde observar nas modas de viola e recortado compostas posteriormente.